



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer nº 008/2024 da CCJR sobre o Projeto de Lei Complementar nº 08/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 45/2008, que institui a lei de parcelamento de solo do município de Pariquera-Açu e dá outras providências.

I - EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE

1. O projeto em epígrafe dispõe sobre o parcelamento do solo do Município de Pariquera-Açu, alterando-se a Lei Complementar nº 45/2008.
2. Na Mensagem consta o seguinte:

“(…) Esta proposta se justifica para atualizar e modernizar a legislação existente, haja vista a necessidade de adequação do parcelamento de solo do município, ficando em consonância com a Revisão do Plano Diretor dessa municipalidade, que tramita no Projeto de Lei Complementar nº 06/2023, projeto de lei nº 40/2023, que dispõe sobre a ampliação do perímetro urbano do município e projeto de lei complementar nº 07/2023, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação de solo urbano e rural. (...)”
3. Acompanha a proposta tabela comparativa entre os dispositivos da lei em vigor e aqueles objeto de alteração, elaborada pelo Setor de Serviços Legislativos.
4. É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR (AD HOC) - conforme deliberado e registrado em ata na reunião da CCJR do dia 06/03/2024.



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

5. Compete a esta Comissão Permanente se pronunciar sobre a **constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, redação e técnica legislativa** de projetos de lei submetidos a sua apreciação por força regimental, de acordo com o art. 46, inciso I, alínea “a” do Regimento Interno.
6. A matéria se insere na competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da CF/88.
7. A iniciativa legislativa é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme Artigo 45 da Lei Orgânica Municipal¹.
8. **No que se refere à técnica legislativa**, a proposta observa os preceitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.
9. A **espécie legislativa** está em conformidade com o Artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.²
10. Quanto à **juridicidade**, não há óbice para a deliberação da proposta, pois não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material.
11. A matéria foi objeto de amplo debate através de audiências públicas, discussão nos grupos de trabalho e conselhos competentes e está fundamentada em estudos específicos disponíveis para consulta, elaborados por empresa de consultoria contratada pelo Poder Executivo, que tratam sobre a alteração dos seguintes diplomas legais: Lei do Plano Diretor, Lei do Perímetro Urbano, Lei de Zoneamento, Lei do Parcelamento do Solo, Lei do Sistema Viário e o Código de Obras.
12. **No mérito**, a proposta é de grande relevância, visto que tem o objetivo de promover o ordenamento municipal, de modo a viabilizar o crescimento econômico e social, trazendo benefícios diretos e indiretos à população.

¹ **Artigo 45** - Compete privativamente ao Prefeito, dentre outros, a iniciativa de leis que disponham sobre: (Redação dada pela Emenda nº 027/2013). (...) IV - **organização administrativa**, matéria tributária e Orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;

² **Artigo 47** - São objetos de Leis Complementares as seguintes matérias: (...):V - Código de Parcelamento do Solo;



CÂMARA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU – SP

CNPJ: 44.303.683/0001-21

Avenida Dr. Fernando Costa, nº 497, CEP 11930-000, Centro.

Telefone (13) 3856-1283 – Portal: www.pariqueraacu.sp.leg.br

Correio eletrônico: camara@camarapariquera.sp.gov.br

13. Por fim, registramos que, para que a presente propositura seja aprovada será necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara (seis votos), em 2 (dois) turnos de votação, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas entre as votações, nos termos do disposto no art. 48 da Lei Orgânica Municipal.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, quanto aos aspectos que nos compete examinar, nosso voto é pela constitucionalidade e legalidade da proposta, pelo que somos **FAVORÁVEIS** a sua deliberação e aprovação pelo plenário da Câmara Municipal.

Sala das Comissões, 08 de março de 2024.

JORGE CARAI

Relator *Ad Hoc*

PELAS CONCLUSÕES:

CARLINHOS ASSPA

Presidente

RODRIGO MENDES

Relator da CCJR

CONTRÁRIO

O PARECER 7/2024 TAMBÉM HOUVE SUBSTÂNCIA DO PROBLEMA
JURÍDICO DA CÂMARA EM SOLICITAR INFORMAÇÕES O QUAL O
PRESIDENTE (ANUNTO) ASSPA DEIXOU QUE ENVIOU E VIEMAM
A RESPOSTA DO PREFEITO, PORÉM NÃO É POSSÍVEL ENCONTRAR.
ESTE PARECER FAZUO TAMBÉM EM NÃO CONVIÉM A

NUMERAÇÃO, POIS O PROJETO ALTERA A LEI COMPLEMENTAR
45/2008, MAS DEVEIA TER ALTERADO A DE Nº 26/2008,
ASSIM COMO OS DEMAIS PARECERES DEBATERADOS NESTA
DATA, TODOS TRAZEM UM TEXTO PADRÃO SEM TRATAR
ESPECIFICAMENTE A MATÉRIA. COMO NÃO HOUVE PERMISSÃO
DO PRESIDENTE CARLOS ALBERTO DA SILVA E DO MEMBRO JORGE CARVALHO
PARA REALIZAR REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA EM 27.03.24,
TÃO POUCO PARA OBTERIR INFORMAÇÕES E NOVAS REUNIÕES
COM A PREFEITURA, ISSO DIFICULTA A ELABORAÇÃO DE UM
PARECER SÓLIDO, SENDO ASSIM, ESTE É O RELATÓRIO DO
MEU VOTO CONTRÁRIO DEVIDO A FALTA DE INFORMAÇÕES E
AMPLO DEBATE, NÃO PODENDO A MATÉRIA SER DEBATERADA
NO PLENÁRIO.

8/3/24

